

O processo socioterritorial do extremo norte tocantinense: aproximações teóricas

Elias da Silva

Universidade Federal do Tocantins
Araguaína – Tocantins – Brasil
esilvageo@uft.edu.br

Elzimar Pereira Nascimento Ferraz

Universidade Federal do Goiás
Goiânia – Goiás – Brasil
elzimar@uft.edu.br

Resumo: O processo de povoamento do norte tocantinense contempla segmentos migratórios de várias origens – quilombolas, posseiros, etc. – que podem ser concebidos como valores humanitários implicitamente arraigados. Nesse sentido, uma das características fortes do extremo norte tocantinense é sua heterogeneidade, manifesta nos fluxos populacionais por meio das práticas de (re)produção, convivências, reivindicações e manifestações de resistência aos imperativos hegemônicos de ordem externa da modernização capitalista. Como proposta de abordagem, assumimos aqui que se trata de momento ainda exploratório em que contemplamos um diálogo com alguns autores de caráter conceitual geral e autores locais, cujas pesquisas são de grande importância como pesquisadores pioneiros sobre a região. Somando à riqueza das informações de ordem bibliográfica, outras foram originadas do convívio com estudantes residentes na região, presentes em encontros por ocasião de disciplinas ministradas no Campus da Universidade Federal do Tocantins de Araguaína, as quais serviram como reforço às afirmações aqui colocadas. Com base nesse leque de autores e a realidade socializada, tecemos algumas aproximações teóricas, pretendendo com esta reflexão oferecer uma contribuição nos âmbitos do território, cultura e identidade partindo do geral ao particular e o singular, vendo nisso a possibilidade de uma formulação na perspectiva teórico/metodológica sobre essa região do Tocantins¹.

Palavras-chave: Norte tocantinense. Território. Cultura. Identidade.

Introdução

Uma das características fortes do extremo norte tocantinense é sua heterogeneidade, manifesta nos fluxos populacionais por meio das práticas de (re)produção,

¹ O presente texto é o segundo momento da nossa abordagem sobre o extremo norte tocantinense, popularmente conhecido como Bico do Papagaio, sob a perspectiva de compreensão da cultura e identidade como elementos importantes dessa formação socioterritorial. O primeiro momento é o texto “Território, discurso e identidade: incursões sobre o povoamento no Bico do Papagaio-TO”, publicado na revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais (FERRAZ; SILVA, 2014). Naquele momento tivemos o foco especialmente sobre a posse da terra, mas a continuidade das reflexões nos permitiu, neste momento, contemplar um horizonte maior. Neste sentido, trata-se de uma proposta em construção cuja intenção é a busca do aprofundamento.

convivências, reivindicações, manifestações e resistências aos imperativos hegemônicos de ordens externas da modernização capitalista. No bojo dessas práticas entendemos haver o real exercício do poder inerente à sociedade humana (FOUCAULT, 1976), em suas multidimensionalidades, significando as diversas práticas cotidianas ligadas ao trabalho: o lazer, práticas políticas, econômicas e religiosas, assumidas como territorialidades e defendidas no sentido amplo de vida, cuja efetivação só se concretiza na defesa do território, não simplesmente da terra. Nesse contexto encaixa-se o sentido do exercício do poder como instância que é pura e simplesmente exercida pela sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Como proposta de abordagem, dada à presença dessa heterogeneidade, pretendemos caminhar pelo viés interdisciplinar. Nisso, assumimos, aqui, um momento ainda exploratório de enfoque do território, cultura e identidade aproximado a esta realidade socioterritorial, respaldando nosso ponto de vista a partir do diálogo com alguns autores, os quais oferecem teorias no âmbito das várias áreas: Ratzel (1990), Raffestin (1993), Foucault (1976), Bourdieu (1999), Bobbio (2004), Bhabha (2005) e Anderson (2008).

Pensando na necessidade da abordagem desta realidade contemplamos, também, autores locais cujas pesquisas são de imenso valor, devendo ser vistos como pesquisadores pioneiros sobre a região, pelos enfoques empreendidos, sendo para nós como janelas e fontes bibliográficas do campo empírico de nossa abordagem. Acreditamos, com isso, perseguir o esforço da interdisciplinaridade, questão tão urgente na atualidade, na própria escolha dos autores das diversas áreas, apresentando, ao final, algumas afirmações que permitam a continuidade no aprofundamento em momento futuro. Neste sentido, o que pretendemos é fazer uma reflexão na trilha da relação entre território, cultura e identidade, tendo a posse da terra colocada na base do desenvolvimento social. Entendemos ser tarefa difícil o viés da interdisciplinaridade, porém necessário.

Nesta intenção nos valem da riqueza de informações já levantadas e sistematizadas dos autores, somadas a outras informações levantadas no convívio com os vários estudantes residentes na região, em encontros por ocasião de disciplinas ministradas na Universidade Federal do Tocantins. O conjunto dessas informações nos autoriza a levantar as afirmações aqui colocadas, quer sejam como situações já verificadas, quer sejam como hipóteses norteadoras à verificação ou refutação. Por exemplo, a afirmação de que o norte do Tocantins, conhecido como Bico do Papagaio, pode ser estudado e compreendido a partir das características socioculturais e identitárias dos segmentos populacionais que o constituem.

Assim, colocamos o que pretendemos ao longo da estruturação do texto, conforme a sequência dos itens deste parágrafo conclusivo da introdução. Primeiramente fazemos o

esforço de aproximações teóricas contemplando nossos autores em caráter geral; na sequência apresentamos um panorama do extremo norte tocantinense – Bico do Papagaio – a partir dos vários autores em caráter local; finalmente, com base na contemplação dos dois primeiros itens, fazemos o esforço de aproximação entre o conceitual geral e a realidade do norte tocantinense, como ideias conclusivas do texto, as quais são colocadas com a intenção de aprofundamento posterior.

Território, cultura e identidade

Desde os primórdios da humanidade, existe uma intrínseca relação entre povoamento, cultura e identidade que os grupamentos humanos constroem entre si e com os outros ao redor, relações cada vez mais densas de conhecimento, fruto das práticas de descobertas em relação à natureza no interior dos espaços apropriados e produzidos. Neste sentido de primórdios Andrade (1992) lembra os povos primitivos em suas práticas de reprodução da vida, coletando, caçando, registrando informações rupestres nas paredes das cavernas como forma de produção do território e de demarcação neste das fontes de recursos para a reprodução da vida. O exemplo dado pelo autor é referente aos indígenas do nordeste brasileiro migrando do litoral para o interior e vice e versa acompanhando o movimento dos animais comestíveis e de frutas como o caju.

Esse é um processo que não aconteceu num toque de mágica, mas numa construção cuja concretização foi adensada ao longo do tempo por meio das práticas cotidianas, cujas formas (re)produzidas foram assimiladas no senso e consenso, configurando identidades comunitárias em diferentes escalas cuja atualidade supera a de nação e países.

Ratzel (1990) é enfático ao afirmar sobre as necessidades básicas dos grupamentos humanos: alimentação, moradia e as relações de afetividade colocando-as na íntima relação com o solo, sobretudo, ao considerar a família na base da concretização da posse territorial, esta como uma espécie de microescala de produção e organização política, sociológica, antropológica cultural e geográfica. A família, segundo seu pensamento, é a base das comunidades que se consolidam no âmbito das várias escalas. A evolução dos povos, compreendendo o próprio adensamento de conhecimentos nas esferas da língua, cultura, economia, ciência e tecnologia e formas de gestão do território caminhou de a dimensão de elo próximo e comum de identificação a escalas cada vez mais amplas até chegar ao global atual.

Anderson (2008), numa visão da formação sociocultural e territorial mundial, contempla na questão da formação das nações vários elementos intrínsecos às mesmas, tanto de ordem material como imaterial, envolvendo valores morais, mercadológicos, religiosos, simbólicos, políticos e científicos, de forma que no conjunto de tudo isso se fomenta a ideia de *comunidade imaginada*.

Anderson define uma nação como uma comunidade política imaginada como sendo limitada, porém soberana. Os membros das nações, mesmo as mais minúsculas nunca se falarão, se encontrarão, se ouvirão, mesmo todos tendo em mente valores, deveres, direitos e comunhão mútua. Assim o fato da aceitação de pertencimento do indivíduo ao território, a uma região, a uma segmentação populacional, é que garante a ideia de existência de uma nação. Nesse sentido, apropriando-nos de suas palavras:

Na verdade, qualquer comunidade maior que uma aldeia primordial do contato face a face é imaginada. Até mesmo ela. Imagina-se a nação como limitada por que até mesmo a maior delas que agregue um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas ainda que elásticas. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade (ANDERSON, 2008, p. 33).

Como acréscimo de sua conceituação afirma que a nação é uma comunidade imaginada porque, mesmo independente das desigualdades geradas pelo processo de exploração que porventura venham atingir determinada nação sempre se cultiva no seu interior uma profunda camaradagem horizontal, numa fraternidade que tem tornado possível que ao longo dos últimos séculos milhões de pessoas matassem ou morressem por amor e entrega ao sentido de comunidades imaginárias. Nesse sentido oferece sua crítica na afirmação do uso ideológico do discurso de nação pelas elites as quais, no interior dos nacionalismos tem levado a sacrifícios extremos dos segmentos populacionais menos favorecidos dessas comunidades imaginadas.

No discurso ideológico do nacionalismo a abordagem de Homi Bhabha (2005) em *O local da cultura*, traz o conceito de fixidez ou rigidez afirmando a ordem imutável da degeneração e do rito demoníaco assumida na relação entre os sujeitos: colonizadores e colonizados que o processo colonial alimentou e ainda alimenta. Assim, a alteridade, relacionada à construção da identidade desses sujeitos se sobressai, justificando os conflitos socioterritoriais. A alteridade é imputada e transportada como discurso reificador entre colonizadores e colonizados alimentando a memória do colonialismo, naturalizada pela diferença identitária.

O resultado ao longo do processo é a marginalização dos sujeitos colonizados levando-os a aceitar e absorver uma história oficial, logo, uma categorização construída fora da sua formação nacional. Assim o centro é o processo de subjetivação desenvolvido pelo

discurso do estereótipo, ou seja, a alteridade vem no sentido de apenas marcar a diferença e não de engrandecer seu reconhecimento e riqueza em si mesma.

Todo esse processo é legitimado pelo que Bhabha (2005) concebe como *governamentalidade*, máxima sob a qual se firma toda uma consciência do sujeito colonizado sobre si e sobre o outro, capaz de gerir toda a vida de um povo e assim o discurso colonial produz uma realidade social, tornando-a outra no sentido de sua descaracterização. A constante referência no texto ao termo *governamentalidade* é no sentido da construção de uma consciência de si e do outro no sujeito colonizado a qual é capaz de comandar todas as esferas da vida do povo colonizado. Suas palavras são oportunas: “Portanto, apesar do jogo no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um outro [...]” (BHABHA, 1998, p. 111).

Aprofunda suas afirmações lembrando as fantasias místicas no que se refere às narrativas atribuídas aos povos chamados *bárbaros*, os quais são desprovidos de alma, externando isso até mesmo em sua *epiderme*. Essa é a construção de uma linguagem estética bem significativa ligada a esses mitos de origem. Há, assim, uma relação de poder e desejo numa função ambivalente exercida pelo estereótipo, qual seja, a fobia e o fetiche. A prática da naturalização de unificação do pensamento único que o sujeito colonizador prepondera sobre o sujeito colonizado pelo discurso é a marca ideológica arraigada na ideia de governamentalidade embutida no discurso colonial levando a relações subjetivadas entre colonizadores e colonizados e a própria negação do processo do colonialismo.

Essas afirmações de Bhabha (2005) envolvendo os sujeitos colonizadores e colonizados pode ser transposta à ideia de fronteira como a apreensão do outro no sentido de que os povos colonizados são como fronteiras culturais, identitárias para os colonizadores, portanto, à margem do progresso humano. Nesse sentido o ato de apropriação do território é justificado pelo heroísmo e pela missão de civilizar o mundo, do ponto de vista de um centro.

O povoamento de um determinado território se consolida na cultura e identidade tendo o discurso como a forma de transmissão e assimilação. Isso não está vinculado ao passado; o presente realça os laços do território, da cultura e da identidade. A valorização da multiculturalidade tem, pelo menos, apontado na direção da valorização do lugar como a fração espacial capaz de contestar a força do global. Mesmo o global sendo a instância de imposição das várias ordens, é no local que essas podem ser adaptadas, por meio das manifestações que lutam pela vida comunitária e sua reprodução. Neste sentido está a força do lugar frente ao imperativo do global (SANTOS, 1996).

Para o autor, a categoria lugar/local se aplica ao país, uma vez que este dita as normas para o funcionamento dos agentes hegemônicos da globalização, o que significa afirmar que qualquer formação socioterritorial para ser afetada pelo global necessita passar pelas decisões gestadas no interior do Estado-nação. Nesse sentido, o território do Estado-nação, quando analisado em suas frações, nas diversas escalas, essas devem ser tratadas como entidades autônomas. O sentido de autonomia pode ser aproximado a Foucault (1976) para quem o poder se manifesta como inerente à sociedade humana, portanto não é atribuído, nem apropriado, mas pura e simplesmente exercido. O teor de suas afirmações contribui no sentido da desconstrução dos modelos hegemônicos de exercício de poder contingenciados ao longo do processo social global. Afirma a real concepção de poder com base na qual a sociedade pode legitimar, se instituir, e se combinar numa complexa organização socioterritorial:

(...) parece-me que é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização (...). O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Portanto seria inútil procurar na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiariam forças derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de forças que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados, porém sempre locais e instáveis. (FOUCAULT, 1976, p. 121-122).

Em sintonia ao seu pensamento, Raffestin (1993) trata a territorialidade como um conceito relativo à cotidianidade de uma coletividade expressa nas relações de multidimensionalidade do exercício do poder tendo a alteridade grande importância no que se refere à tolerância, bem como no que se refere às reivindicações.

(...) a territorialidade adquiriu um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existentes e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, (...) O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-9).

Pensar o território, cultura e identidade, leva-nos a dialogar também um pouco com Bourdieu (1999), o qual propõe a ideia de *Poder Simbólico* como uma estrutura estruturada e estruturante que a partir do senso comum leva ao consenso, efetivando a obediência de forma objetiva e subjetiva já que, como coloca, também não é possível separar o objetivo do subjetivo, das práticas humanas. Cotidianamente as práticas repetitivas que se consolidam como um *modus operandi* permitindo a identificação do indivíduo no interior do grupo ou segmento com o qual se identifica é denominado por Bourdieu como o *habitus*.

Nesse sentido o poder é exercido sobre as bases da cultura e da identidade em caráter de especificidade, enquanto segmento social e de heterogeneidade como o conjunto da sociedade, o que supõe compreender o exercício do poder com base nas diferenças culturais como bases de sua assimilação. O *habitus*, assim, torna-se o norte prático de um determinado grupo humano, nutrindo o seu cotidiano pela comunicação comum, simples ou complexa, associado ao nível sócio/educacional e cultural do indivíduo cuja veiculação é efetivada pelo discurso nas inúmeras práticas, inclusive nas sociabilidades como lazer, eventos festivos, religiosos, na luta pelo direito a terra, práticas de cultivo desta, na alimentação e de sistemas comunitários.

A ideia de poder simbólico refere-se à atribuição de poder de representação atribuída por outrem, para o sentido de vida coletiva e comunitária dos grupos sociais estando aí implícito o comportamento de senso e consenso. Os signos, a linguagem, os símbolos, são instrumentos de integração social que transformados em discurso dão sentido ao mundo, cuja reprodução está implícita na ideia de território, pois a produção e a reprodução se realizam com base nas apropriações e posses efetivas.

Relacionando o particular como mediação entre o geral e o singular, para entrarmos na abordagem local de nossa proposta, no Brasil, por exemplo, os símbolos exercem muito mais a unificação que a unidade do povo, como considera Moraes (2008) ao afirmar que a elite tem praticado a construção de um território unificado para o capitalismo global que a construção de sentimento nacional e nacionalidade. Como prova disso tem priorizado projetos emergenciais em detrimento do projeto de nação e de país. Nesse sentido, essa elite tem privilegiado o crescimento econômico/territorial em todos os períodos da sua história.

Ainda nessa perspectiva, no Brasil a elite tem tratado os diferentes segmentos populacionais e socioterritoriais como gargalos ao progresso do país, tendo até práticas de extermínio de povos inteiros, como aconteceu nos últimos 50 anos, situação também contemplada nos estudos de José de Souza Martins (1990) sobre a fronteira, em que enfatiza a questão da alteridade, a não aceitação do outro e nisso, a posse da terra como razão maior dos conflitos entre povos quer sejam os nativos ou tradicionais, compreendendo os quilombolas e posseiros, quer seja a frente pioneira de modernização capitalista, particularmente, a fronteira amazônica, como espaço emblemático desses conflitos socioterritoriais. O extremo norte tocantinense, conhecido como Bico do Papagaio, é espaço privilegiado nessa questão.

Bico do Papagaio: a luta pela terra e território

Neste momento do nosso texto contemplamos o extremo norte tocantinense abordando um diálogo com os autores locais. Eles, aqui, são contemplados na escala da nossa abordagem, numa forma de amostragem da realidade local, da qual nos apropriamos para uma aproximação teórica no próximo item deste texto.

A ocupação do extremo norte tocantinense é formada pela apropriação territorial primeiramente dos nativos, por exemplo, os Apinagé do grupo Tronco Jê; pelos quilombolas, populações oriundas do processo de busca de liberdade no período próximo ao fim da escravidão no Brasil; pelos posseiros oriundos do processo de expropriação da terra, sobretudo da região nordestina na frente migratória da borracha e do próprio Goiás vindos para esta área do então extremo norte goiano. Por último também recebeu a corrente migratória colonizadora, sobretudo oriunda de Minas Gerais, Goiás e São Paulo impulsionada pelas políticas do período militar.

O fato de contemplarmos esse último segmento populacional dessa formação socioterritorial culmina na referência dada aos maiores conflitos relativos à terra, a exemplo da guerrilha do Araguaia; a figuras martirizadas que ao se envolverem na luta em favor dos segmentos despossuídos, pagaram com a própria vida, a exemplo do padre Josimo. Esse processo justifica a imagem desta como região de conflito, o que deve ser visto como fator alimentador das próprias lutas e da conservação de uma formação cultural diferenciada, evidenciada pelo conjunto dos segmentos populacionais constituidores, que na ânsia de encontrar recursos materiais ocuparam as terras em busca de cultivo agrícola e pecuário, coletas do coco babaçu bem como a prática de comércio de peles e alimentos.

O nome “Bico do Papagaio” dado a esta área geográfica refere-se ao desenho do mapa do Estado do Tocantins que sugere o formado da parte do pescoço, cabeça e bico de um papagaio, por sinal, bem presente nas cores da bandeira do Brasil. Cabe destacar que esta região, antes da criação do estado em 1988, pertencia ao extremo norte de Goiás. Do ponto de vista cultural, biológico e mesmo geográfico, é uma área que na prática ultrapassa os limites territoriais do Tocantins, conforme as palavras de Ferraz (2000, p. 111):

A região conhecida como Bico do Papagaio deve ser compreendida não apenas pelo espaço geográfico entre o baixo Araguaia e o Tocantins, mas por uma vasta região de entorno, também conhecida como Amazônia Oriental. Área correspondente ao norte do Tocantins, sul do Pará e oeste do Maranhão, é também chamada de região tocantina.

A afirmação acima incorpora a questão da identificação do Tocantins com as regiões nordeste e norte do Brasil, as quais remontam a décadas passadas. Já no início do século XX, os nortenses, como eram chamados os goianos dessa região, tinham a pecuária

como principal atividade econômica. Ao explicar sobre a economia goiana no norte de Goiás, Campos (2002, p. 35-36), afirma que “[...] a região Norte, não possuindo senão os rios como meios de comunicação – potencial inexplorado – tinha apenas o gado que se autotransportava”. Esta atividade de criação de gado foi uma das causas responsáveis pelas ocupações definitivas de fundadores de algumas cidades ribeirinhas.

O extremo norte tocantinense recebe uma importante abordagem em Audrin (1963) o qual descreve as características desta região na primeira metade do século XX. Além de relatar o imenso território, ele descreve as diversas dificuldades de comunicação em virtude da longa extensão de terras desabitadas cujo transporte era feito no lombo de burros nos períodos secos e chuvosos, independente da estação do ano. Segundo Audrin (1963, p. 92), “[...] Viaja-se a pé, em costas de animais, em barcos vagarosos e sempre por caminhos ásperos, por rumos incertos”. Uma viagem, portanto, prolongava-se por meses.

As viagens por terra ou por vias fluviais aconteciam por uma necessidade inerente à vida sertaneja: a busca por distração, por negócios (vender ou trocar algo), para procurar gado sumido, para ir ao encontro de empréstimo a receber, por um costume religioso, enfim, as causas para ficar ausente da residência por uns dias eram variadas. Na visão de Audrin (1963), o tempo não tinha importância para a vida sertaneja.

Audrin (1963, p. 105) retrata a fisionomia do sertanejo a partir de seus dotes físicos, espírito de observação e as aptidões artísticas como um “conjunto de elementos em que o goiano, o baiano, o piauiense, o cearense, o maranhense e o paraense se mesclam com descendentes de negros remanescentes dos escravos refugiados em Quilombos, das minerações e principalmente de índios”. Consequentemente os traços físicos eram difíceis de caracterizar. No entanto, além do gosto artístico, a resistência física era uma qualidade comum ao povo sertanejo, mesmo com uma dieta mínima: “(...) só homens de coragem podem enfrentar a vida nos sertões” (AUDRIN, 1963, p. 44). Além disso, existe uma singularidade atribuída para aquela população pelas qualidades e dons específicos daquele povo.

As relações sociais eram mantidas basicamente pelas trocas de tarefas, seja na derrubada da roça, na colheita, ou mais detidamente no momento de luto, posto que era comum os vizinhos ficarem toda a noite velando o corpo do falecido (fazendo sentinela). No entanto, adverte Audrin (1963, p. 160): “(...) o que o sertanejo não gosta de emprestar são os instrumentos de trabalho, muito menos armas e menos ainda os animais”. Dialogando com o autor, tal fato seria devido a esses utilitários serem indispensáveis na lida diária, além da relação de afetividade que é inerente aos sertanejos em geral, como se os objetos ou utensílios tivessem vida própria.

Esta nossa postura é baseada em Oliveira (2010) ao estudar os conflitos em relação a terra no Bico do Papagaio em que menciona a estreiteza no que diz respeito às práticas no trato para com a terra na concepção de valores morais familiares e também valores transcendentais.

O texto de Bernardo Mançano Fernandes (s/d) “Brasil: 500 anos de luta pela terra” sustenta que além dos aspectos objetivos da luta política pela posse da terra, há que se observarem aspectos subjetivos, o que indica um discurso de identidade, sociabilidade e religiosidade que transpõem a luta pela terra no desafio da busca da felicidade, pois na busca da liberdade à vida que se almeja a simples visão capitalista e de mercado é superada; valores como a fraternidade, o companheirismo o trabalho autônomo e compartilhado, estão na base dos valores imateriais.

(...) Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (FERNANDES, s/d., p. 03).

Esse processo de busca pela terra no amplo e holístico sentido é emblemático no momento em que o desejo de fuga do sofrimento gerado pela escravidão levou à migração dos remanescentes de escravos e à criação dos Quilombos. O autor reporta à história e lembra o momento de constituição do trabalho livre no Brasil, combinando a institucionalização do cativo da terra à chegada dos imigrantes, no qual os antes escravos, na condição de trabalhadores livres, passam a buscar a terra como liberdade e abrigo. A princípio o Quilombo é a nova e necessária perspectiva identitária sobre a produção e reprodução socioterritorial.

O cativo da terra, como coloca José de Souza Martins (1990) significou a inversão da situação escravo *versus* terra, qual seja o escravo é tornado livre e a terra tornada cativa e submetida à condição de mercadoria mediante a compra num peso extremamente desigual, uma vez que a oligarquia/burguesia brasileira passou a dominar a terra pelo poder econômico e político, enquanto os camponeses tiveram que se contentar com o direito de aquisição da terra mediante a compra. Essas são as pré-condições históricas impostas que desencadearam os movimentos migratórios em busca de uma forma de “terra prometida”, num processo de apropriação/desapropriação no bojo das nefastas práticas de produção de títulos de áreas de terras aos supostos donos proprietários grileiros. Neste sentido Martins (1990) combina à afirmação de Fernandes (s/d., p. 03):

(...) os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café

ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. (...) Assim, os grileiros-verdadeiros traficantes de terra, formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados.

Estes dois autores são oportunos ao tratarmos da questão da terra no extremo norte tocaninense, onde os movimentos na luta pela terra livre para trabalho registram uma história de expropriação, sobretudo de posseiros, considerando os impactos da política modernizadora capitalista que a afetou a partir do período pós-1950. Nesse sentido são oportunas as palavras de Fernandes (s/d., p. 07):

Em Goiás, no norte do Estado, com a construção da Transbrasiliana e por causa do projeto de colonização promovido pelos governos federal e estadual, as terras da região foram valorizadas. As terras devolutas, ocupadas por posseiros, passaram a ser griladas por fazendeiros. O processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Iniciou-se um processo de resistência nos povoados de Trombas e Formoso, que foram atacados por jagunços e pela Polícia Militar. Os camponeses resistiram e as lutas multiplicaram-se pelo Estado até serem dizimadas pelo governo militar.

A saga dos 500 anos na luta pela terra traçada por Fernandes incluindo o atual Movimento dos Sem-Terra pode ser exemplificada ao abordarmos a região do Bico do Papagaio e deve ser concebida numa trajetória explicitamente ancorada na práxis política dos excluídos da terra e do território, mas que carrega implicitamente a dimensão subjetiva da fé em busca da “terra prometida” para a vida plena e livre do opressor. Assim, a dimensão política é o ato de tomar decisão e agir, enquanto a dimensão da fé é a certeza de que o ato de decidir e agir terá como produto final a terra, a qual permitirá viver dignamente.

Em nossa rápida abordagem neste item sobre a questão da terra no extremo norte tocaninense temos que mencionar as ocorrências de mortes no período de 1975 a 1986, momento em que a repressão militar estava atuando a serviço dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros visando grandes lucros com a exploração dos recursos naturais, sobretudo a madeira e o domínio da concentração de terra. Ao abordar o latifúndio relacionado ao poder político e econômico, Lira (2011, p. 135) destaca a região do Bico do Papagaio “como uma das mais violentas do país, no que diz respeito à questão da terra”. Em meados da década de 1980, os movimentos sociais do campo fortaleceram manifestações em prol da Reforma Agrária, acirrando ainda mais os conflitos de terra.

Aproximando o extremo norte tocaninense à teoria

A realidade do extremo norte tocantinense contemplada no item anterior oferece-nos uma aproximação à teoria abordada no início deste texto. Há uma vinculação entre os postulados teóricos, os quais reúnem um conjunto de conceitos. Isso supõe afirmar que a organização do norte tocantinense, na esfera de atuação dos segmentos populacionais, se dá com base nos valores humanísticos, materializados nos aspectos qualitativos dos bens adquiridos tanto individualmente como coletivamente. Exemplos disso podem ser encontrados na prática das quebradeiras de coco babaçu, cujo trabalho é exercido coletivamente; a propriedade familiar da moradia que se soma à coletividade do conjunto de famílias dos vilarejos, como é o caso do distrito de Ferreirópolis no município de Buriti e ainda o patrimônio da Associação de Mulheres de Buriti, construído às custas dos esforços das associadas cujos frutos são revertidos em educação, alimentação e festividades comunitárias inerentes a esta Associação.

O extremo norte tocantinense é, assim, uma configuração socioterritorial em que se cultiva a posse dos valores ligados a terra, os quais ultrapassam a simples posse para as práticas de seu cultivo, extrapolando para uma filosofia de vida pautada na liberdade e qualidade de vida que engloba as sociabilidades, os eventos festivos, como a Festa do Buriti em Buriti do Tocantins, os eventos que miram metas ambientais a exemplo do Encontro Regional da Rede Cerrado, realizado em 2013, que mobilizou representantes indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores e agricultores familiares, entre outros, cuja programação contemplou apresentações artísticas locais, palestras voltadas para preservação de espécies vegetais do cerrado bem como momentos de reivindicações dos diversos segmentos sociais organizadores, relativas à preservação do ambiental (BOBBIO 2004) cujo ponto de partida deve ser o lugar, como contemplou o referido evento regional. Fechamos esta aproximação com a informação veiculada no site do evento, a qual nos respalda em nossas afirmações:

A Rede Cerrado, em parceria com as Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), realizará o seu Encontro Regional – Etapa MA/TO/PI, em Augustinópolis (TO), nos dias 28 e 29 de novembro. Com objetivo geral de aprofundar os posicionamentos e definir estratégias de ação para a conservação do bioma e a justiça social dos povos e comunidades tradicionais, o evento mobilizará 150 representantes indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores(as) artesanais e agricultores(as) familiares, além de organizações da sociedade civil (CAMPOS, 2013, s/p.).

Pensando a cultura e a identidade local, a economia doméstica ou familiar recebe importante expressão no segmento das quebradeiras de coco, a exemplo do distrito de Ferreirópolis no município de Buriti do Tocantins, cuja cooperativa se soma a outras na consolidação da tradição de luta das mulheres na defesa da economia local, bem como as

associações de pescadores. A presença dessas organizações abre uma importante brecha de análise na questão de gênero, temática em destaque e interesse na atualidade, também no meio acadêmico, não por acaso, sinaliza a garantia de vez e voz às diferentes reivindicações (BOBBIO, 2004). Relembramos que este autor contempla o período atual como um dos vários períodos de constituição dos Direitos sociais, a reivindicação ao ambiente equilibrado, com qualidade de vida contemplando valores místicos e simbólicos. Esse contexto deve ser aproximado às lutas registradas no extremo norte tocantinense.

Combinando e ampliando o raciocínio anterior, o extremo norte tocantinense é uma formação socioterritorial reveladora de traços simbólicos, uma sociedade marcada por aquilo que Carvalho (1985, p. 185), denominou de “*teoria nativa*”, ou seja, nos mitos e lendas dos nativos, quilombolas e posseiros podemos verificar uma busca pelo equilíbrio entre as condições que organizam a cultura e a natureza, conforme suas próprias palavras:

Uma reflexão muito lúcida destes sobre as condições objetivas em que se dá a prática da caça e coleta, levando a uma ‘teoria nativa’ sobre a reprodução, não só do grupo humano, mas também de outro tipo de ‘forças produtivas’ constituídas pela própria natureza.

As reflexões oferecidas por Carvalho (1985) podem ser combinadas numa aproximação ao pensamento de Ratzel (1990) ao abordar o povo e seu território, este como a base da (re)produção, portanto, o território como espaço vital cujos recursos naturais vão influenciar no modo de vida. Também oferece uma aproximação em relação ao fato de que nos primórdios da humanidade território e povo são concebidos em seus laços familiares sendo a base da prosperidade, do exercício do poder na pequena escala da propriedade familiar.

Aproximamos, também, a organização socioterritorial do extremo norte tocantinense a Foucault (1976) e Raffestin (1993), considerando os inúmeros movimentos de reivindicações junto aos poderes constituídos, exatamente por entendermos que a coletividade local, independente do entendimento intelectual, tem assimilado as reivindicações como base do exercício do poder, percebendo que as situações, em face do grau de isolamento e do estigma sofrido de ser uma das regiões mais atrasadas do Tocantins, para reverter esse discurso ideológico imposto pela classe dominante.

Esse exercício de poder tem fortalecido as práticas de territorialidades a exemplo da luta pela terra, a defesa das águas como fonte de economia aos pescadores, a defesa das organizações das quebradeiras de coco no sentido da valorização da economia doméstica e também como sustentabilidade ambiental e, sobretudo, a identidade da diferenciação cultural pelo convívio entre as populações formadoras desse território, numa referência a

necessidade do respeito ao “outro”, acendendo uma pequena luz em sinal à possibilidade de pensar formas alternativas de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, também é oportuna a contemplação teórica do conceito de *habitus* defendido por Bordieu (1999) em que os segmentos sociais (re)produzem seu cotidiano com base em práticas perpetuadas. Os posseiros em geral e particularmente do extremo norte tocaninense, por exemplo, usualmente utilizam a prática do mutirão no cultivo de suas roças. O mérito dessa prática está em perceber que há alternativas à relação capital e trabalho, conforme prerrogativa do sistema capitalista, substituindo até mesmo o dinheiro como moeda única.

O esforço de aproximação teórica confluindo Martins e Fernandes (s/d.) é no que se refere ao sentido maior da posse, seja enquanto terra como mãe natureza, seja como refúgio e liberdade, seja como “terra prometida”. Em todas estas nuances privilegia-se a defesa à vida em contraposição aos esquemas de opressão de forças externas, sobretudo as mercadológicas. O ato de decidir politicamente parte da base coletiva, priorizando o bem comum. Há uma conotação de decisão política como o exercício tomador de decisões que expressam a crença na certeza do bem-estar comum que a terra traz permitindo a dignidade da vida.

Qualquer situação de contrariedade nessa visão de identidade, de pertencimento, assume a situação de alteridade praticada pelo *outro*, por parte dos segmentos populacionais endógenos quanto aos sujeitos da frente colonizadora que atingiu a região no período da década de 1950. Se a situação de alteridade é assumida também pelos segmentos populacionais endógenos, o consenso de pertencimento tem feito dessa região um palco privilegiado da luta pela busca da terra livre do cativo mercadológico (MARTINS, 1990) assumida pelos atores nesse processo. Assim, o processo geral de formação socioterritorial do Brasil, como máxima, é relativizado nas várias situações particulares em que os movimentos sociais parecem ter conhecimento da necessidade de desideologizar o discurso do crescimento econômico como progresso em detrimento dos valores humanitários; parece também ter consciência da necessidade da luta contra a subserviente elite brasileira sempre sintonizada ao modelo europeu colonizador (BHABHA, 2005).

A reprodução desse processo não foi diferente na Amazônia, particularmente no extremo norte tocaninense, especialmente no período do governo militar promovendo a frente colonizadora em caráter interno, num formato do que podemos compreender como herança cultural da reprodução do processo de colonização europeia sob a tutela do Estado capitalista, respaldado na ideologia do discurso da modernização e do progresso.

O processo de colonização tanto externo como interno, com todos os seus imperativos de subjugação das populações colonizadas parece estar entrando num consenso de que foi maléfico e nefasto, e que necessita ser reparado com a devolução dos diferentes territórios às respectivas populações. Isso é inerente aos direitos sociais da atualidade de que fala Bobbio (2004). A devolução dos territórios, antes mencionado, é a possibilidade de produção de um ambiente menos impactado e mais equilibrado, como demonstram os sinais por meio dos eventos ocorridos no extremo norte tocantinense.

Ousamos afirmar que um dos motivos pelos quais a região do extremo norte tocantinense, atingida nas últimas décadas pela modernização capitalista, ainda não se consolidou, seja graças à herança dos movimentos de resistência e por ter sido uma região de encontro e confronto entre várias influências culturais, inclusive indígenas. Esses movimentos, em sua continuidade, se diversificam e evoluem na atualidade para reivindicações em termos da preservação da qualidade ambiental, o que significa um indicador de possibilidades a outros sistemas de produção alternativos ao modo de produção global atual.

Como toda realidade é dinâmica é preciso acompanhar a própria evolução dos processos socioterritoriais no extremo norte do Tocantins, dado o próprio momento de confronto entre a modernização que insiste em se consolidar, com seus impactos, e os apelos aos possíveis modos alternativos de produção.

Nesse acompanhamento, observar e analisar questões como o papel da cultura popular e tradicional, a luta pela posse da terra, a modernização em caráter mais amplo no sentido cidade/cidade, os segmentos das cooperativas, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, associações, são fundamentais na compreensão e proposição referentes à configuração socioterritorial no que se refere à produção de um mapeamento humano nos campos: político, educacional, migratório, econômico, cultural e ambiental.

Considerações finais

Com base na verificação desse leque de questões é possível mensurar ou pelo menos ampliar os horizontes em relação às nossas proposições até o momento, produzidas tanto como embasamento geral às teorias elencadas ao longo do texto, guardadas as suas devidas proporções de aplicação à escala local. Nesse sentido ratificamos ser o presente momento

textual um acréscimo às reflexões já iniciadas em momento anterior, no entanto, menos do que pretendemos em momentos futuros de aprofundamentos desta proposta.

Concluimos afirmando que é preciso conceber o extremo norte tocantinense como uma realidade marcada pela diferenciação sociocultural, cuja cotidianidade é reveladora de um leque de questões que jamais serão desvendadas em momentos únicos e pontuais de abordagens, mas sim na íntima inserção de quem quer que seja que se proponha a apreender os nexos objetivos e subjetivos de relações que as populações constituidoras desta porção territorial estabelecem com a posse da terra nessa dimensão escalar, a qual ultrapassam até mesmo os limites do Tocantins.

Entendemos finalmente que a luta pela terra assumida pelos vários segmentos populacionais extrapola o aspecto da propriedade propriamente dita e assume o caráter mais amplo da necessidade da luta pelo território como conceito de vida de forma plena, na busca da manutenção dos valores da identidade, das manifestações culturais, da defesa e direito ao meio ambiente equilibrado, sugerindo-nos a ideia dos vários segmentos populacionais, sejam camponeses, quilombolas, indígenas, se irmanando numa comunidade imaginária, uma vez que diante das pressões da modernização capitalista que insiste em se implantar, o objetivo maior desses segmentos é a defesa do extremo norte tocantinense como lugar de refúgio mas que também clama por socorro contra essa modernização.

THEORETICAL APPROACH ON THE TERRITORIAL PARTNERSHIP PROCESS OF THE NORTHERN EXTREME STATE OF TOCANTINS

Abstract: Thus it is a proposal whose aim is gradually on deep analysis. The northern population process in the state of Tocantins includes migratory segments of various origins: of quilombo and squatter which means to assert the existence of agglutination forces in support of altruistic values in evidence today. In this sense one of the strong features of the northern extreme state of Tocantins is its heterogeneity manifested in population flows through the practices of reproduction, cohabitation, claims and manifestations of resistance to hegemonic imperatives of external order of capitalist modernization. As proposed approach, we assume here that it is still exploratory moment, which we contemplate a dialogue with some authors of general conceptual character. We also contemplate some local authors whose research is of great matter as pioneering researchers about the region. Besides the bibliographic order information details, others were originated from contact with students living in the region present in the meetings during the courses taught in the campus of the Federal University of Tocantins in Araguaína, which served as reinforcement to the assertion raised here. Based on this range of authors and on the socialized reality, as said, we may create some theoretical approaches, intending with this reflection to offer a contribution as part of the territory, culture and identity, starting from general to the private till the singular, regarding on the possibility of a formulation in theoretical/methodological perspective in the region of the state of Tocantins.

Keywords: Northern state of Tocantins. Territory. Culture. Identity.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: Ciência da Sociedade*. São Paulo. Editora Atlas, S.A – 1992.
- AUDRIN, Frei José Maria. *Os sertanejos que eu conheci*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. (Coleção Documentos Brasileiros).
- BHABHA, Homi, K. *O local da Cultura*. Belo Horizonte. Ed UFMG, 2005
- BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*: Tradução de Carlos Nelson Coutinho: Apresentação de Celso Lafer. – Nova Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. Vieira, 2002. p. 33-76.
- CAMPOS, Letícia. TO: Bico do Papagaio será palco de reivindicações de povos e comunidades tradicionais do Cerrado. *Eco Debate Cidadania & Meio Ambiente*. Publicado em 28/11/2013. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/11/28/to-bico-do-papagaio-sera-palco-de-reivindicacoes-de-povos-e-comunidades-tradicionais-do-cerrado/>. Acessado em: 28/08/15.
- CARVALHO, M. S. N., COSTA, A. C. T., PALMEIRA, J. *Plano Territorial Desenvolvimento Rural Sustentável* Território do Bico do Papagaio-Tocantins. Ministério do BRASIL: Um país para todos. Novembro, 2006.
- FERRAZ, Siney. *O movimento camponês no Bico do Papagaio*: Sete Barracas em busca de um elo. 2. ed. Imperatriz-Ma: Ética Editora, 2000.
- FERNANDES, B. M. (s/d) Brasil: 500 anos de luta pela terra. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes. Disponível em <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>
- FOUCAULT, M. *Historie de La sexualite, 1 La volonté de savoir*. Paris, Galimard, 1976.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.
- OLIVEIRA, Gerson Alves de. *Os Posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: Modernização e Tradição* Dissertação de Mestrado – Marília, 2010.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RATZEL, F. *Geografia*. Organizador: Antônio Carlos Robert Moraes. Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo. Editora Ática S. A, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SILVA, E da, FERRAZ, E. P. N. *Território, discurso e identidade: incursões sobre o povoamento no Bico do Papagaio-TO*. In: Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU, Iporá, v.3, n. 1, p. 104- 118 – jan. /jun. 2014 – ISSN 2238-3565.

SOBRE OS AUTORES

Elias da Silva é doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Elzimar Pereira Nascimento Ferraz é doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Recebido em 20/11/2015

Aceito em 05/12/2015